

Constituinte/Ordem Econômica

Conselho Superior de Mineração analisará as novas decisões

por Edson Beú de Brasília

O ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, preside hoje pela manhã a reunião do Conselho Superior de Mineração (CSM), para analisar as consequências da recente decisão da Constituinte, que nacionalizou o setor de mineração no País. O ministro vai ouvir uma exposição do presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), João Marinho Nunes, que falará em nome de mais de duzentas empresas mineradoras filiadas.

Um dos assessores mais próximos de Aureliano Chaves admite que os representantes das multinacionais do setor deverão manifestar sua contrariedade com a decisão dos constituintes. Mas adiantou que "o ministro nada pode fazer". Aureliano Chaves já externou sua posição plenamente favorável à nacionalização da exploração das jazidas minerais do País. O ministro entende que as companhias

Conceito de propriedade produtiva impede acordo

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A discordância em um ponto fundamental — a desapropriação da propriedade produtiva — impediu que os constituintes chegassem ontem a um acordo sobre a reforma agrária.

A votação do capítulo da política agrária, que é o terceiro do título VII, que trata da ordem econômica e financeira, deveria ter começado ontem. Porém os negociadores do "Centrão", dos partidos de esquerda e da liderança do PMDB, não chegaram a uma conclusão se a propriedade produtiva pode ou não ser desapropriada.



Costa Couto

O projeto do "Centrão" considera insusceptível de desapropriação esse tipo de propriedade. O projeto elaborado pela Comissão de Sistematização — defendido pelos partidos de esquerda e pela liderança do PMDB — também veda a desapropriação nesse caso, salvo quando a propriedade produtiva não cumprir a sua função social.

Essa questão — quando se cumpre a função social — também foi um dos temas polêmicos das reuniões realizadas ontem. Depois de analisarem mais de cinco propostas, os ne-

determinada propriedade está sendo aproveitada racional e adequadamente e em que grau.

Hoje, as reuniões recomençam logo pela manhã. Se houver acordo, a votação será iniciada à tarde. Até ontem à noite, os dois grupos apostavam em um entendimento. Contudo, nenhum deles estava disposto a abrir mão de sua posição.

A votação da reforma agrária gerou uma grande movimentação do setor agrícola, e foi também debatida no Palácio do Planalto, segundo informou o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique, à editora Elaine Lerner. O presidente José Sarney reuniu-se ontem com os ministros Costa Couto, Antônio Carlos Magalhães, Jader Barbalho e Hugo Napoleão, além do assessor especial de assuntos políticos, Thales Ramalho, e dos líderes Carlos Sant'Anna e José Lourenço, para uma análise da situação política, especialmente sobre a votação da reforma agrária.

Já há consenso sobre os seguintes temas polêmicos do capítulo, além da função social já definida:

• A União poderá desapropriar, por interesse social, para fins da reforma

agrária, imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública.

• São insusceptíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, nos termos da lei, os pequenos e médios imóveis rurais. O "Centrão" quer incluir neste item a propriedade produtiva.

• As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro. Aqui, o "Centrão" desistiu de aprovar a redação de seu projeto, que previa a indenização para qualquer benfeitoria.

• Serão isentas de impostos federais, estaduais e municipais as transferências de imóveis desapropriados. Essa proposta constava apenas do projeto do "Centrão".

• A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação dos setores de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, da comercialização, do armazenamento e dos transportes. A inclusão dos três últimos setores no texto foi requerida pelo "Centrão".

Elogios à obrigatoriedade de plano diretor para o crescimento das cidades

O secretário de Planejamento da Prefeitura de Curitiba, Frederico Müller, afirmou ontem que "a principal medida da reforma urbana aprovada pela Constituinte é a obrigação de planejar o crescimento das cidades". O secretário municipal explicou ainda que com a obrigatoriedade da função social para o uso do solo urbano os proprietários de imensas áreas ociosas existentes hoje no centro de Curitiba terão de dar uma destinação a esses terrenos, que atualmente só servem de especulação imobiliária.

SEM ALCANCE

Müller disse que não acha de grande alcance, entretanto, a questão aprovada pela Constituinte do usucapião para um terreno de até 250 metros quadrados. "Nas condições definidas pelo novo texto constitucional, ocupar pacificamente por mais de cinco anos e sem contestação, acho muito difícil que ele seja aplicado em terrenos de particulares", afirmou ele. O secretário destacou também que, "no todo, a reforma urbana atende a antigas reivindicações dos profissionais ligados ao planejamento urbano".

"Uma decisão democrática"

O diretor-presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Francisco José Pereira, classificou como "uma decisão profundamente democrática" a aprovação, pela Assembleia Nacional Constituinte, das novas regras para ocupação do solo urbano, especialmente no que se refere ao usucapião.

Pereira lembra, conforme a EBN, que a terra deve cumprir, fundamentalmente, uma função social, e isso ficou caracterizado nas novas normas de reforma urbana aprovadas ontem pela Constituinte. Nesse particular, ele destaca o usucapião, de cinco anos, para quem ocupa área de até 250 metros quadrados, como "uma solução de impacto e de grande alcance social".

Ele não crê, por sua vez, que as disposições aprovadas incentivem os invasões de terras, "porque as medidas estão bem definidas e as ocupações irregulares, como conhecemos, decorrem de fatores conjunturais, tanto no campo quanto na cidade".

Tributarista prevê saída de empresas estrangeiras

por Cláudia Trevisan de São Paulo

Caso o texto constitucional atualmente em elaboração não seja modificado no segundo turno pelo Congresso constituinte através de emendas supressivas, será inevitável a saída de várias companhias estrangeiras do País, pois elas não encontrarão garantias para seu desenvolvimento.

A afirmação foi feita ontem, na Federação do Comércio, pelo professor de Direito e advogado tributarista Ives Gandra da Silva Martins.

"No momento em que todos os países do mundo se abrem para o capital externo, nós realizamos o movimento inverso, criando restrições que afastam as empresas estrangeiras aqui estabelecidas e dificultam a entrada de novos capitais", afirmou Martins.

Em sua opinião, um dos caminhos para que os dispositivos aprovados em relação à ordem econômica

Aumenta pressão dos agricultores

por Ivanir José Bortol de Brasília

A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira não abre mão de ver incluído na Constituição um dispositivo que exclua de desapropriação as propriedades rurais "produtivas". As principais lideranças do PMDB e demais partidos de esquerda concordariam com a inclusão desse ponto desde que esta propriedade fique condicionada a cumprir a sua função social.

Essa pequena divergência de texto constitucional, assim como outros sete pontos que acabaram sendo aprovados em comum acordo entre os dois grupos, provocou uma participação ativa das lideranças rurais na discussão do projeto de Constituição, pelo espaço aberto pela Frente Ampla Parlamentar. "Está aqui praticamente o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola", brincou o presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Flávio Telles de Menezes.

quem tomava conta da porta da reunião onde Ronaldo Caiado discutia com os deputados do "Centrão" as contrapropostas do setor.

O prestígio da UDR junto aos parlamentares do "Centrão" já havia sido testado na noite anterior, na confraternização denominada por Caiado de "galinhada com viola" — galinhada é um prato típico da região próxima a Brasília —, que reuniu diversos deputados em uma festa no hotel Aracora, até as 5 da manhã.

UMA BATERIA DE REUNIÕES

O presidente da UDR, no entanto, não subestimou o leque das suas alianças. A partir das 6 horas da manhã iniciou uma bateria de reuniões com lideranças do PMDB, PDT, PDS e PFL, procurando convencê-las a votar com a proposta do setor. "Não conversei apenas com as esquerdas e o pessoal do PT. Isso porque o Plínio Arruda (PT) deixou claro que não vinha aqui para fazer acordo", relatou Caiado.

Mesmo com tantos aliados, o presidente da UDR virou por terra a sua tese de eliminar do texto da Constituição a exigência de cumprimento de quatro pontos, simultaneamente, para que a propriedade cumpra com sua função social.

Essa exigência acabou sendo acertada entre o "Centrão" e a liderança do PMDB e dos partidos de esquerda, com argumentos de que, por exemplo, a propriedade de Olacir Moraes,

um dos maiores produtores de soja do País, cumpre todas as exigências de função social. "Olacir Moraes preserva o meio ambiente, aproveita racionalmente a terra, observa as relações de trabalho", disse um deputado de esquerda.

O acordo saiu, mas com o consentimento das lideranças de esquerda de incluir no texto original a fixação em lei dos critérios e graus de exigências. O "Centrão" espera que não sejam exigidos em lei todos os aspectos a serem observados simultaneamente para ser considerada cumprida a função social.

O esforço do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Roberto Rodrigues, contribuiu para buscar um entendimento no maior número de pontos para evitar a votação. "Precisamos um acordo para evitar o buraco negro", dizia ele a seus companheiros.

A preocupação foi plenamente justificada. Entre os pontos já acertados na negociação, consta a lei agrícola, que deverá transformar uma verdadeira provação nas relações dos produtores com o governo. Pelo texto constitucional, os produtores rurais poderão participar de todas as decisões sobre política de crédito, pesquisa, armazenagem, transportes e segurança rural, além de resguardar um espaço especial ao cooperativismo.

va muito satisfeito com o resultado das negociações era o presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Aloysio Paulinelli.

A CNA passa a ser, a partir desta decisão, a única interlocutora dos produtores rurais na definição da política agrícola junto ao governo. "A CNA é hoje um desagudouro da Frente Ampla da Agropecuária.

Nós possuímos uma grande identidade de pensamento com Paulinelli, disse Flávio Telles de Menezes.

Mas, se foi ostensiva a presença dos proprietários rurais no restaurante da Câmara, corredores da Constituinte e até nas portas das reuniões, o mesmo não se pode dizer em relação aos trabalhadores rurais.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, participou das negociações um rápido espaço de tempo, deixando a única preocupação: "Se não for aprovado o texto da Sistematização, haverá um grande retrocesso", diz ele.

O líder dos trabalhadores, neste caso, pretende utilizar os 2,8 mil sindicatos filiados à Contag para esclarecer aos trabalhadores a posição assumida por cada parlamentar. "Vamos comunicar o resultado da votação às suas bases", disse José Francisco da Silva.

Para deputado, ponto principal é usucapião

O deputado Atila Lira, do Partido da Frente Liberal no Piauí, considerou ontem "da maior importância" o capítulo da ordem econômica e financeira da Constituição, aprovado, alterando o sistema vigente de uso do solo urbano.

Segundo a EBN, ele destacou como ponto principal o direito ao usucapião, que caiu de vinte para cinco anos. De acordo com o novo texto constitucional, quem tiver a posse efetiva da terra, por cinco anos, utilizando-a para residência própria ou de sua família, e não possuir outro imóvel, passará a ter sobre ela todos os direitos.

Segundo Atila Lira, isso vai mudar completamente a sistemática de ocupação do solo urbano e acabar com os grandes vazios existentes atualmente, por causa da especulação imobiliária. "enquanto muitas famílias pobres ficam sem ter onde morar, ou, então, são forçadas a residir em áreas muito distantes dos locais de trabalho".

Outro ponto considerado por ele importante foi a aprovação da obrigatoriedade de as administrações municipais, em cidades com mais de 20 mil habitantes, elaborarem um plano diretor, "o que, inclusive, disciplina o uso do solo urbano e proporciona um crescimento harmônico de todos os perímetros urbanos".

Deputados discutem as constituições estaduais

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

As Constituintes estaduais começarão a ser elaboradas assim que for promulgada a nova Constituição e terão prazo de seis meses para ser concluídas. Em São Paulo, a Assembleia Legislativa já elaborou um anteprojeto de regimento interno para o funcionamento da Constituinte estadual. Ontem, a Assembleia e a Secretaria da Justiça promoveram um debate sobre "a autonomia de estados e municípios na futura Constituição".

O anteprojeto de regimento da Constituinte de São Paulo ainda está em discussão na Assembleia Legislativa. Ele foi elaborado por um grupo de deputados com representantes de todos os partidos que fazem parte do Legislativo estadual. O grupo é presidido pelo deputado Luiz Carlos Santos, do PMDB, o partido majoritário na Assembleia.

O deputado José Dirceu, do PT, que faz parte do grupo, discorda do regimento proposto pelo grupo e preparou um substitutivo, que será discutido em data ainda não definida. Dirceu quer que a mesa diretora da Constituinte paulista tenha participação dos partidos minoritários, funcionando paralelamente à mesa da Assembleia. "O substitutivo propõe também a participação popular em todas as fases da elaboração da Constituição estadual", explicou Dirceu.

Ele foi um dos dez deputados estaduais paulistas presentes ao debate de ontem, um número pequeno em relação ao total dos deputados que compõem a Assembleia, 84.

Entre os temas discutidos no encontro, o mais polêmico foi a possibilidade de se implantar o sistema parlamentarista de governo a nível estadual. Esta foi a posição defendida por Elivaldo da Silva Ramos, procurador do Estado de São Paulo. Segundo ele, "não interessa se o nome será parlamentarismo, mas poder ser eleitos secretários estaduais pela Assembleia, o que daria maior integração entre o Executivo e o Legislativo".

Para o secretário de Justiça, Sérgio Duarte Garcia, presente ao debate, o prazo de conclusão das Constituintes estaduais poderá ser adiado em função das eleições municipais do próximo mês de novembro.

uma bateria de reuniões com lideranças do PMDB, PDT, PDS e PFL, procurando convencê-las a votar com a proposta do setor. "Não conversei apenas com as esquerdas e o pessoal do PT. Isso porque o Plínio Arruda (PT) deixou claro que não vinha aqui para fazer acordo", relatou Caiado.

Mesmo com tantos aliados, o presidente da UDR virou por terra a sua tese de eliminar do texto da Constituição a exigência de cumprimento de quatro pontos, simultaneamente, para que a propriedade cumpra com sua função social.

Essa exigência acabou sendo acertada entre o "Centrão" e a liderança do PMDB e dos partidos de esquerda, com argumentos de que, por exemplo, a propriedade de Olacir Moraes,

uma bateria de reuniões com lideranças do PMDB, PDT, PDS e PFL, procurando convencê-las a votar com a proposta do setor. "Não conversei apenas com as esquerdas e o pessoal do PT. Isso porque o Plínio Arruda (PT) deixou claro que não vinha aqui para fazer acordo", relatou Caiado.

Mesmo com tantos aliados, o presidente da UDR virou por terra a sua tese de eliminar do texto da Constituição a exigência de cumprimento de quatro pontos, simultaneamente, para que a propriedade cumpra com sua função social.

Essa exigência acabou sendo acertada entre o "Centrão" e a liderança do PMDB e dos partidos de esquerda, com argumentos de que, por exemplo, a propriedade de Olacir Moraes,

Brizola anima-se e crê em diretas neste ano

por Riomar Trindade do Rio

O ex-governador gaúcho e fluminense, Leonel Brizola, vultuosa nas decisões da Assembleia Nacional Constituinte, desta semana, "o renascer" de uma campanha popular por eleições diretas para presidente da República, ainda neste ano. "A causa das eleições presidenciais em 1988 renasceu, tomou um novo vigor, com as decisões da Constituinte", afirmou Brizola, referindo-se à nacionalização da exploração mineral e à extinção dos contratos de risco para a produção de petróleo e gás, entre outras decisões de tendência nacionalista adotadas por larga maioria pela Constituinte, ao votar o primeiro capítulo da Ordem Econômica e Financeira da futura Constituição do País.

Na visão de Brizola, "o quadro político" na Constituinte, neste momento, não demonstra que o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney esteja assegurado. "Esta será uma decisão que a Constituinte tomará, sensível às aspirações do povo", disse Brizola. Segundo ele, as pesquisas de opinião revelam "resultados uniformes, indicando que de cada quatro pessoas consultadas, três respondem que querem eleições presidenciais ainda neste ano".

Brizola atribui a tímida mobilização da atual campanha popular por eleições diretas, liderada pelo PDT e pelo PT, entre outros pequenos partidos, à "desilusão do povo" com o resultado final da campanha de 1984. "Daquela vez, apesar da memorável mobilização popular, o resultado foi um fracasso, pois não tivemos eleições diretas, lembra Brizola, e sentença: "o povo brasileiro está esperando a sua hora. E como a Constituinte assumiu a defesa de posições nacionais, a esperança renasce, há uma nova perspectiva".

INTERNACIONAL

SOCIALISTA

Brizola presidiu, na sexta-feira, no Rio Palace Hotel, a instalação do Comitê para a América Latina e Caribe da Internacional Socialista, com a presença de delegados de quinze países. O ex-governador fluminense disse que o encontro é preparatório para a reunião, de âmbito mundial, da Internacional Socialista, que será realizada em Madri, nos dias 11 e 12 de maio.

Novos encargos aumentam custos

por Eunice Nunes de São Paulo

O texto aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte referente às relações trabalhistas entre empregadores e empregados poderá trazer sérias consequências, como o crescimento das relações informais de trabalho e o repasse de custos com os novos encargos para o preço dos produtos, avaliou José Luiz Saicali, consultor da KPMG Peat Marwick Dreyfuss.

A primeira preocupação que se apresenta ao empregador é saber quanto sua empresa gastará a mais com os novos encargos sociais, disse o consultor, que apurou, a partir de simulações efetuadas (ver quadros), um aumento de 35,12% em relação a cada funcionário na folha de pagamento. "Obviamente a atividade, o número de funcionários e outras circunstâncias específicas de cada empresa é que determinará com exatidão esse percentual", observou.

Foi aprovada a indenização compensatória por despedida arbitrária ou sem justa causa, que será definida em lei complementar, mas, em princípio, será de

40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), esclareceu Saicali.

Nesse caso, o que mais preocupa é a definição de despedida arbitrária, frisou o consultor. Uma empresa que tenha problemas, por exemplo, que demandem redução na produção ou mudança do tipo de produto, pode precisar dispensar funcionários. "Se a lei complementar vier a considerar esse tipo de dispensa como arbitrária e, portanto, sujeita à indenização compensatória, tornará a situação financeira da empresa ainda mais comprometida".

A redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, assim como a jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, atinge principalmente a indústria. A saída será aumentar a produtividade, admitir mais funcionários ou automatizar a produção, declarou Saicali. Ele acredita que a automação será a alternativa mais procurada, por-

que, embora implique investimentos iniciais de porte, a longo prazo terá retorno maior em termos de custos e de produtividade.

O texto constitucional assegurou aos trabalhadores proteção em face da automação, explicou o consultor.

Nesse aspecto, Saicali considera que a lei ordinária poderá definir incentivos para compensar as empresas da restrição à automação, o que poderia aumentar o déficit público, ponderou.

O surgimento de novos encargos sociais ou a ampliação dos já existentes terá implicações sobre as demonstrações financeiras. Os novos encargos deverão

ser incluídos no Regulamento do Imposto de Renda (RIR), já que este prevê expressamente quais as provídes aceitas como dedutíveis na apuração do lucro real, afirmou o consultor.

Para os encargos já existentes não há maiores consequências, pois o RIR estabelece o seu provisionamento contábil, explicou.

Além desses aspectos, devem ser considerados aqueles referentes ao correto reconhecimento e registro de tais encargos nas demonstrações financeiras, independentemente do tratamento fiscal que venham a ter, ressaltou Saicali.

Tasso Jereissati propõe cortes nos ministérios

por Elaine Lerner de Brasília

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, defende cortes no orçamento da União, incluindo a extinção de ministérios. Após audiência no Palácio do Planalto, o governador explicou que os cortes não significarão perdas para o Nordeste, porque há muito tempo o governo deixou de colocar dinheiro nos estados nordestinos. Entre os ministérios que poderiam ser extintos, Jereissati citou, especificamente, os da Irrigação e da Reforma Agrária, que teriam suas atribuições descentralizadas e assumidas pelos governos estaduais.

O governador, entretanto, reclama do Governo Federal o não pagamento de CZ\$ 1 bilhão prometido durante o período de seca recente no ano passado que deveria ser repassado a trabalhadores que atuam nas frentes de trabalho. "É o único dinheiro que ainda esperamos do governo, porque há muito tempo não recebemos ver-

Presidente da Anfavea prevê atraso tecnológico

por Guilherme Arrudo de Porto Alegre

O vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jacé Mendonça, disse ontem em Porto Alegre que se o País continuar mantendo a postura de discriminação ao capital estrangeiro, certamente haverá um período longo de dificuldades para a população. No caso específico da indústria automobilística, Mendonça ressaltou que o setor exige investimentos constantes, pois corre o risco permanente de ficar desatualizado em relação a produtos no exterior. "Nossos carros estão saindo das linhas de produção com muito atraso tecnológico", disse.

"É lamentável verificar que nosso país anda na direção inversa de todas as nações", sublinhou o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERSG), Luis Carlos Mandelli, acrescentando que com essa atitude o Brasil igualou-se a uma das nações mais atrasadas do mundo, a Guiné-Bissau, a única que definiu o conceito de em-

Item	%
Jornada de 44 horas	3,8
Licença maternidade	0,02
Licença paternidade	0,1
Cheques/pré-escola	5,8
Turnos de 6 horas	11,0
Hora extra com 50%	2,9
Férias com 1/3	2,0
Igualdade ovulários	NC*
Subtotal	25,62
Encargos	1,20
Total estimado	27,32

* NC - não computado

Item	%
Aviso-prévio proporcional	1,2
Indenização compensatória	1,7
Prescrição dos direitos	NC*
Lucros/tecnologia	NC*
Seguro-desemprego	NC*
Subtotal	2,9
Encargos	1,9
Total mediano	7,8

* NC - Não Computado

Ecologistas querem o texto da Sistematização

"Se o texto da Comissão de Sistematização relativo à proteção do meio ambiente for aprovado pelos constituintes, a população brasileira pode ficar tranquila, pois ele atende praticamente a todas as reivindicações do movimento ambientalista de um modo geral".

A afirmação é do deputado constituinte Fábio Feldman (PMDB-SP), ao preferir palestra no Seminário Internacional de Direito Ambiental, promovido pela Procuradoria Geral da Justiça, como relata a EBN.

O deputado observou, no entanto, que o "Centrão" mutilou bastante o texto aprovado anteriormente com sua emenda coletiva e, em sua opinião, se este for aprovado, "serão frustradas as expectativas da sociedade brasileira no que diz respeito ao meio am-

BASA — A partir de 2 de maio, as agências do Banco da Amazônia S.A. (Basa) em todo o País estão habilitadas a realizar operações no "open market", conforme decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), em sua última reunião de abril.

Retornando a Belém, depois de participar, em Brasília, da sessão do CMN, o presidente do BASA, economista Waldemar Messias de Araújo, ressaltou que a instalação da carteira de "open" e "overnight", além de representar um novo serviço ao público investidor significa um importante passo no processo em dotar o banco de instrumentos de competitividade, objetivando expandir a sua capacidade de captação de recursos. EBN.